

“O QUE O ÓDIO FAZ À ESCRITA”: MÚLTIPLOS DESCENTRAMENTOS DE UMA AFECÇÃO

Sobre Ana Kiffer y Gabriel Giorgi. *Las vueltas de odio. Gestos, escrituras, políticas*. Buenos Aires, Eterna Cadencia, 2020¹, 136 pp.

Máira Fernandes de Melo
Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro

El libro propone una lectura cruzada entre determinados textos ficcionales de Sergio Chejfec y Sergio Bizzio. Catalin diseña su manera de pensar el presente a partir de las discusiones que tuvieron lugar en *Babel. Revista de Libros*. La autora asume el riesgo de inmiscuirse en el horizonte de problemas que se produjeron en el seno de la revista, para proyectar lecturas literarias que marcan una diferencia radical con la modernidad.

Era julho de 2019 e Ana Kiffer e Gabriel Giorgi assinavam juntos a apresentação de “Ódios Políticos e Política do Ódio: lutas, gestos e escritas do presente”, publicado no Brasil pela Bazar do Tempo ainda no ano passado, e na Argentina pela Eterna Cadencia, como “Las vueltas de odio. Gestos, escrituras, políticas” em 2020. Ali está anunciada a proposta do livro: ser um acontecimento crítico, sublevado pela emergência dos ódios no seio do pacto democrático, tanto na Argentina quanto no Brasil. Kiffer e Giorgi evidenciam o ódio em sua força de vida, fruto de uma “força de reivindicação por refazer os modos e as aparições de um poder-dizer” (10), e também

¹ O texto e as páginas referenciadas são da publicação brasileira.

em sua “força mortificante”, que se fixa tanto nos corpos que sofrem de ódio quanto nos que sofrem o ódio.

A Covid-19 ainda não havia tomado o mundo, escancarando a crueldade das desigualdades que nos assolam. O livro foi escrito antes da eleição de Alberto Fernandez, antes do assassinato de George Floyd e da derrota de Trump nos Estados Unidos, e também antes de o fogo queimar a Amazônia e o Pantanal – e o Ministro do Meio Ambiente do Brasil declarar seu ódio ao meio ambiente². Antes também de Bolsonaro manifestar mais uma vez seu ódio às existências LGBTQI+, ao dizer que o Brasil precisa deixar de ser “um país de maricas” na lida com a Covid-19³ - ser maricas, para ele, significa seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde. Antes, ainda, de o presidente brasileiro insinuar que, caso Joe Biden venha a impor sanções comerciais ao país por conta do desmatamento na Amazônia, ele será recebido “com pólvora”⁴. Todos esses acontecimentos mobilizam forças distintas dentro dos circuitos do ódio e delineiam outros horizontes, que não estavam postos no momento em que o livro foi escrito, e que exatamente por isso reiteram sua relevância como ferramenta de incisão da prática crítica.

² Em abril deste ano, Ricardo Salles, em uma reunião ministerial divulgada pelo Superior Tribunal de Justiça, sugeriu que o governo aproveitasse que o foco da imprensa estava voltado à Covid-19 para “passar a boiada”, flexibilizando normas de proteção ambiental.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>

³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>

⁴ No mesmo link da nota 3. Para diversão do leitor, alguns memes a respeito deste delírio bélico foram reunidos neste link: <https://vejasp.abril.com.br/blog/pop/memes-guerra-brasil-eua-polvora/>. Curioso que os memes tenham sido publicados até mesmo pela revista Veja, historicamente ligada à direita. A imprensa hegemônica brasileira, como a Folha de São Paulo e o Grupo Globo, vem fazendo frente ao governo, apesar da grande influência que tiveram na promoção do massacre à imagem da esquerda perante a opinião pública.

De um lado, o ódio como ruído de corpos antes invisibilizados, que gritam por poder-dizer, que se autorizam, à força (com ódio), a seus próprios discursos. De outro, a política do ódio, que prega a eliminação e o extermínio. O ódio é definitivamente uma afecção inscrita nos corpos políticos, tanto individuais quanto coletivos. É descentrado, não-homogêneo; esgarça as formas de relação social. Costumamos acreditar em um ódio sempre alheio: o outro que odeia o outro ou odeia a mim. Mas e eu? O que, quem e como odeio? Questionamentos que o livro suscita. Neste contexto, é necessário apostar, como tarefa estética e política, no que Kiffer chama de clínica da cultura e Giorgi de pedagogia pública.

O ódio, como um afeto incômodo, intruso, insubmisso, é tudo que uma democracia tenta esconder, finge sublimar, e que porém, como temos visto, retorna como detrito. Como e onde os ódios escrevem? Kiffer e Giorgi refletem então sobre o que chamam de escritas precárias, práticas discursivas que instauram uma verdadeira guerra de línguas.

No ensaio “O Ódio e o desafio da relação – escritas dos corpos e afecções políticas”, Ana Kiffer reflete sobre o ódio inscrito nos corpos, como gesto e como grito. Recuperando as Jornadas de Junho, manifestações que tomaram o Brasil em 2013, disparadas por um ato contra o aumento de passagem dos ônibus em São Paulo brutalmente reprimido pela polícia militar⁵, ela se contrapõe a uma parte da intelectualidade de esquerda no país, que responsabiliza as vozes minoritárias que ali tomaram corpo pela ascensão do conservadorismo e do

⁵ No Brasil, a polícia responsável pela manutenção da ordem pública ainda é militarizada, herdando da ditadura a truculência – e o ódio.

bolsonarismo, cinco anos depois. Kiffer faz questão de nuançar este ódio então insurgente, o ódio dos feminismos e dos movimentos negros, o ódio dos corpos não autorizados ao discurso – corpos aviltados pela narrativa do mito da mestiçagem cordial formadora da sociedade brasileira.

Precisamos suportar estes ódios se quisermos instaurar alguma saúde no partilhar social, e Kiffer propõe então uma leitura centrada nas afecções de *Relação*, a partir do pensamento do filósofo martinicano Édouard Glissant. Toda relação é desafiadora, ela diz, “aberta e impedidora do exercício de previsão” (32). A autora desenvolve essa centralidade do pensamento da *Relação* a partir de cenas trípticas. Na cena 1, a *Compulsão*, estão os gestos repetidos, suporte em que podemos ler os ódios. Tanto o braço em punho da revolução como o braço estendido do nazismo e, por fim, a mão que faz uma arma com os dedos. Esse gesto compulsivo, o da arma, é ícone de Bolsonaro, um gesto repetido por ele e seus seguidores à exaustão. Kiffer observa, porém, que esse gesto, como se esvaziasse a proposta de aniquilamento nele contida, também aglutina em torno de si pessoas, aproxima corpos, assumindo um caráter de celebração.

A cena 2, “Corpos de bordas, bordas do corpo”, quer descobrir como não relegar o ódio à sua eliminação, a uma pacificação em vistas de uma homogeneização, como parece ser o destino desta afecção no interior do sistema democrático. É necessário sustentar sua mobilidade, sua infixidez, para que os corpos “odiantes” e até aqui odiáveis possam reivindicar suas existências, possam escrever aos gritos. Que escritas são essas, as do ódio? Escritas – sistemas discursivos – que falam mal, em meios precários, desorganizadas e agônicas.

Na cena 3, “Relação”, Kiffer conversa com a reflexão do filósofo brasileiro Vladimir Safatle sobre as Jornadas de Junho, para se deslocar dela. Para Safatle, haveria a necessidade de reconstrução de um corpo político que pudesse agenciar todas as demandas emergidas desde 2013. Kiffer, por sua vez, afirma que, ao contrário, as reivindicações de contranarrativas pelos movimentos/corpos minoritários são estruturais-discursivas e materiais-corpóreas, e portanto impossíveis de se escrever em um corpo unificado, indicando uma democracia “que falhou abusivamente em seu pacto inclusivo” (53). Voltando a Glissant, apresenta uma diferenciação entre a separação e o desligamento. O desligamento estaria ligado ao neoliberalismo e a todas as afecções relacionadas ao sucesso neoliberal⁶. A separação, que pressupõe suportar a ferida, permitiria diferir os ódios políticos, que constituem as reivindicações minoritárias, das políticas do ódio.

Essas narrativas e contranarrativas do ódio criam novas potências de imaginação: “Todas as formas de inscrição (e a literatura para mim deveria voltar a se ver e a se imaginar nesse lugar) que eu chamaria de sistemas vivos de inscrição – artísticos, literários, arquivísticos, orais, corporais, entre outros – estão hoje no cerne da proposição e do fomento de novas imaginações políticas” (67). Torna-se urgente então imaginar uma democracia que conceba sujeitos democráticos também em seus ódios.

Gabriel Giorgi, no ensaio “Arqueologia do ódio: apontamentos sobre escrita e democracia”⁷, parte do termo

⁶ Caberia pensar, em meio a uma pandemia, esse pendor ao desligamento, quando estamos em definitivo implicados nas vidas e mortes uns dos outros, para além das instâncias de poder – ainda que o vírus seja democrático apenas na medida em que afeta cada um no tanto de democracia a que já se era habilitado.

⁷ Acesso aqui o texto publicado primeiro em português, da publicação brasileira de 2019, traduzido do original espanhol por Ricardo Duarte Filho.

crispação para ler o ódio na sociedade argentina desde os governos de Cristina Fernández de Kirchner. O crítico localiza um laboratório de linguagens no universo público, com o surgimento de escritas em territórios eletrônicos, portais de notícias e fóruns de discussão, que dispersaram o escrever, vocalizando essa crispação. Giorgi postula então a escrita como uma pedagogia dos afetos políticos e destaca que, com a vitória de Maurício Macri, os discursos de ódio que vinham sendo tecidos no “subsolo das linguagens online” ganham respaldo e coragem para falar, tensionando dizível e indizível.

O ódio se escreve performaticamente – é este o procedimento crítico que Giorgi realiza a partir de instalações artísticas em formatos nômades: *Diarios del odio*, de Roberto Jacoby e Sid Krochmalny; *Odiolândia*, de Gisele Beiguelman; e *Menos um*, de Veronica Stigger. As três incorporam comentários online que revelam como o ódio “reclama um lugar no repertório das enunciações” (89).

Essa múltipla injunção do ódio também grita nas vozes dos feminismos e movimentos antirracistas, fazendo do ódio uma guerra “pela dicção democrática” (91). Nos ódios racializados e genderizados revelados pelos textos das instalações, Giorgi observa a guerra de subjetividades de que falam Eric Alliez e Maurizio Lazzarato, guerras que o neoliberalismo não pretende vencer, e sim gerir.

Giorgi aborda esse duplo coletivo/corpo – anonimato/gestos, lembrando que a escrita eletrônica é também, com os emojis, uma escrita do corpo. São textos que não distinguem o oral e o escrito, inseridos no campo literário na medida em que, como quer Rancière, no terreno online não importa quem lê e quem escreve, e sim a construção desse corpo barulhento, ruidoso, afetado, viral, do ódio em seu caráter de contágio.

Para Giorgi, como para Kiffer, conceber o sujeito democrático como livre de ódio é um equívoco. Como não reconhecer o ódio no enunciado “Al patriarcado lo hacemos concha”⁸, um dos slogans das marchas feministas de Ni Una Menos? E como não odiar o patriarcado?

No momento em que termino de escrever esta resenha, os municípios do Brasil apuram os votos de seus moradores para executivo e legislativo municipal. Na cidade onde vivi minha vida inteira – se não conto os períodos em que morei em Rosario –, haverá segundo turno entre o atual prefeito e o ex-prefeito. O Rio de Janeiro terá que escolher entre dois homens: um bispo da Igreja Universal do Reino de Deus e um administrador neoliberal com arroubos de necropolítica⁹. A esquerda carioca não conseguiu orientar seus ódios em suas diferenças. Incapaz de separar-se em relação, nenhuma das três candidatas do espectro de centro-esquerda alcançou a porcentagem necessária para um segundo turno no executivo.

Já no legislativo, Carlos Bolsonaro, filho do presidente e vereador desde os 17 anos, foi reeleito para a câmara, tendo tido no entanto uma redução significativa no número de votos em comparação à última eleição. A viúva de Marielle Franco, Monica Benício, arquiteta e ativista pelo direito à cidade, também foi eleita, após uma campanha emocionante. Em todo o país, a grande maioria dos candidatos apoiados por

⁸ Em português o jogo de palavras infelizmente não existe, dado que “hacer concha” não tem nenhum significado.

⁹ As práticas discursivas da corrente evangélica representada pelo atual prefeito se escrevem elas mesmas em um campo semântico bélico, oriundo do Primeiro Testamento da Bíblia Cristã, referenciando um deus cruel, um deus que, poderíamos dizer, odeia os homens. Está cada vez mais claro que, em algum momento, precisaremos dialogar com este corpo evangélico. Dialogar não é acatar o ódio, o preconceito e o desejo de aniquilamento, mas compreender que vínhamos ignorando estes ódios, que nunca dialogamos, e que talvez este fato tenha contribuído para que o ódio ganhasse poder. Nossos ódios poderão ouvir?

Bolsonaro não foi eleita. Uma professora travesti foi a vereadora mais votada de Belo Horizonte – e a candidata com o maior número de votos da história da cidade.

Que ódios estão em disputa aqui? Que arquivos do ódio como afecção política estaremos criando? Em que direções se descentrarão os ódios nesses tempos que vêm?